

POR UMA BIOÉTICA  
SOCIAL, POLÍTICA  
E COMPROMETIDA  
CONTRIBUIÇÕES  
PESQUISA SOC

---

---

POR UMA BIOÉTICA  
SOCIAL, POLÍTICA  
E COMPROMETIDA:  
CONTRIBUIÇÕES DA  
PESQUISA SOCIAL

CAMILA CLAUDIANO QUINA PEREIRA

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

RONALDO TRINDADE

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## **POR UMA BIOÉTICA SOCIAL, POLÍTICA E COMPROMETIDA: CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA SOCIAL**

### **Resumo**

O objetivo deste trabalho é discutir e argumentar sobre a relevância de se realizar pesquisas Bioéticas *in loco*, no território ou, mais precisamente, no cotidiano. Esta prática, comum nas ciências sociais, implica na necessidade da inserção do/a pesquisador/a no contexto de vida das pessoas, compartilhando de normas e expectativas no fluxo dos acontecimentos diários. Trata-se de uma prática comprometida, ética e politicamente, com o contexto com o qual se pretende lidar e, conseqüentemente, que se converta em benefícios para as pessoas que participam do estudo.

Palavras-chave: Bioética, ética, pesquisa, etnografia, antropologia.

## **FOR A SOCIAL, POLITICAL AND COMMITTED BIOETHICS: CONTRIBUTIONS OF SOCIAL RESEARCH**

### **Abstract**

The objective of this paper is to discuss and argue about the relevance of conducting bioethical research *in loco*, in the territory or, more precisely, in the daily life. This practice, common in the social sciences, implies the need to insert the researcher in the context of people's lives, sharing norms and expectations in the flow of daily events. It is a practice that is ethically and politically committed to the context with which it is intended to deal with and, consequently, that it becomes a benefit for the people participating in the study.

Keywords: Bioethics, ethics, research, ethnography, anthropology.

## **POR UNA BIOÉTICA SOCIAL, POLÍTICA Y COMPROMETIDA: CONTRIBUCIONES DE LA INVESTIGACIÓN SOCIAL**

### **Resumen**

El objetivo de este trabajo es discutir y argumentar la relevancia de realizar investigaciones Bioéticas *in loco*, en el territorio o, más precisamente, de lo cotidiano. Esta práctica, común en las ciencias sociales, requiere la inserción de el/la investigador/a en el contexto de vida de las personas, compartiendo normas y expectativas con el fluir de los acontecimientos diarios. Se trata de una práctica comprometida ética y políticamente con el contexto con el que se pretende lidiar, que, consecuentemente, se ha de convertir en beneficios para las personas que participan del estudio.

Palabras clave: Bioética, ética, investigación, etnografía, antropología.

Camila Claudiano Quina Pereira<sup>1</sup>  
[camilacquina@gmail.com](mailto:camilacquina@gmail.com)

Ronaldo Trindade<sup>2</sup>  
[ronaldotrindade@gmail.com](mailto:ronaldotrindade@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A inspiração para este artigo nos veio das discussões e reflexões oriundas tanto de nossa experiência docente, ministrando a disciplina Bioética e Ciências Sociais para os/as alunos/as do Mestrado em Bioética da Univás, quanto das trocas tecidas em encontros e conversas informais ao tratar sobre nossa implicação enquanto bioeticistas para além do laboratório ou do frio confinamento das bibliotecas.

Ao estudar o percurso desta área do conhecimento observa-se a gradual incorporação de questões políticas e sociais nos temas em debate, numa postura que tende a ir além dos temas estritamente biomédicos, como questões de gênero e sexualidade, desigualdade social, raça e etnia dentre outras que afetam o contexto latino americano. Percebemos um interessante deslocamento, considerando que as investigações iniciais estavam alicerçadas no aspecto biomédico, sobretudo na área da saúde, e nas temáticas ambientais, tal como a proposta da Bioética Global.

A abordagem social começa a ser reconhecida em investigações bioéticas na medida em que ocorre uma tomada de consciência de que é impossível lidar com os dilemas morais de forma restrita a um ambiente clínico, tal como o leito de um hospital, mas que outras questões institucionais atravessam este campo, tais como temas políticos, econômicos e culturais, além daqueles referentes às relações de poder.

Neste aspecto, à luz dos referenciais das Ciências Sociais, argumentamos

não ser possível olhar para um fenômeno sob uma única perspectiva. A Bioética que postulamos neste artigo corresponde a um campo interdisciplinar que não se esgota e não se prende a categorias, pois lidar com a Bioética é lidar com a complexidade, abertos ao inusitado, ao inesperado e atentos ao que é silenciado.

Nossa proposta é que a prática da Bioética esteja comprometida muito mais em provocar questões, do que em produzir respostas e verdades. Que as escolhas metodológicas permitam o encontro do/a pesquisador/a com o público pesquisado e, nesta parceria, produzir conhecimento juntos. Neste aspecto, a ideia é romper com a dicotomia pesquisador/a x pesquisado/a, sujeito x objeto, com a velha querela qualitativo x quantitativo, com a suposta neutralidade da ciência e, finalmente, que o/a investigador/a esteja disposto a mergulhar no contexto de vida das pessoas e compartilhar as normas e expectativas presentes no fluxo diário dos acontecimentos, nos quais vão ser perceptíveis os dilemas bioéticos que as afetam, além de possibilitar uma prática ética, política e comprometida, que de alguma forma se converta em benefícios para a comunidade.

Para avançar nesta discussão, este artigo foi organizado da seguinte maneira: inicialmente, propomos uma descrição sobre a criação da disciplina Bioética e a sua abertura para incorporar questões sociais e políticas nas investigações. Em seguida, tratamos da proposta teórica que se opõe ao modelo principialista e que se volta para questões que afetam o contexto latino-americano,

tais como desigualdade social e os assuntos identitários. Encerramos com a sugestão de algumas possibilidades metodológicas que possam orientar a imersão do/a pesquisador/a no território e estão alinhadas com a perspectiva teórica da Bioética Social.

Métodos simples não dão conta de temas complexos, portanto, utilizar múltiplos procedimentos de investigação pode ser uma estratégia interessante para descrever contextos e narrar histórias sobre a vida das pessoas, como entendemos ser possível com as pesquisas etnográficas.

### **O POLÍTICO E O SOCIAL NA PAUTA DA BIOÉTICA**

O termo Bioética foi apresentado à comunidade acadêmica por meio dos estudos de Van Rensselaer Potter, em 1970, nos Estados Unidos. Foi compreendida inicialmente como uma disciplina situada na interface das ciências biológicas com a perspectiva dos valores morais estudados nas ciências humanas (Pessini & Barchifontaine 2002). A preocupação com os efeitos do conhecimento científico e suas aplicações tecnológicas na vida humana era a característica mais evidente desse novo campo disciplinar. Nesse sentido, a Bioética articulou as práticas biomédicas, os valores morais e o impacto no futuro da humanidade. Nas palavras de Schramm (2002: 610), a Bioética é uma “[...] disciplina filosófica prática que visa a esclarecer e resolver os problemas morais que surgem na práxis humana”.

Com a publicação da obra *Principles of biomedical ethics*, em 1979, de autoria de Tom L. Beauchamp e James F. Childress, ganhou destaque outra corrente teórica que se baseava nos princípios de autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, nomeada por Bioética principialista, que se tornou rapidamente o referencial mais estudado na área (Pessini & Barchifontaine 2002). A Bioética apresentou um evidente desenvolvimento no campo da ética clínica, seguido por questões ligadas à ecologia e meio ambiente.

O reconhecimento e interesse por outras áreas do conhecimento – não biomédicos – se deu ao considerar que muitas questões da ética clínica não eram exclusivas da relação médico-paciente, mas que fatores institucionais – tais como os econômicos, as relações de poder e os processos de gestão – poderiam impactar a efetividade e a qualidade das ações promovidas pelos serviços de saúde. Mais recentemente, as questões sociais passaram a constar na agenda Bioética, sobretudo no tocante aos problemas que afetam os países da América Latina e da África.

Passou-se a reconhecer a necessidade de ampliar a perspectiva de uma ética estritamente clínica e biomédica para uma ética institucional e social (Correa 2009) e lidar com os conflitos éticos na dimensão social e coletiva, por exemplo, lidar com temas como a vulnerabilidade, a exclusão, a discriminação e a desigualdade.

A Bioética Social se propõe a discutir conflitos éticos considerando o contexto social e econômico de cada país.

Para tanto, atua na esfera pública e coletiva, responsabilizando o Estado pela situação social dos excluídos e marginalizados, mas também propondo estratégias de proteção das pessoas vulneradas em decorrência do contexto econômico e social. A ideia é realizar uma análise mais ampla e complexa do contexto socioeconômico a partir de uma lógica coletiva, tendo por base os direitos humanos (Porto 2014).

Uma nova fase da Bioética, portanto, teve seu marco cronológico com a homologação, em 2005, da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (Garrafa 2005) que se dedica a discutir questões que afetam os países chamados periféricos<sup>3</sup>, aqueles cuja população luta por condições mínimas de sobrevivência e apresentam extrema desigualdade na distribuição de renda, por sua vez produtora de miséria, exclusão e vulnerabilidade social. Para que isso seja possível, argumenta Garrafa (2005), é necessário que se politize a Bioética, visto que a os inúmeros conflitos éticos relacionados à vida, para além do campo biomédico, devem transpor o debate para o campo no qual são tomadas as grandes decisões que envolvem o destino da população, qual seja, “[...] a seara das decisões políticas”. Nessa perspectiva, o que se destaca é a “[...] politização das questões morais abordadas pela Bioética desde um referencial que seja adequado para o contexto de exclusão dos países do Hemisfério Sul, e, sobretudo, para o contexto latino-americano” (Nascimento & Garrafa 2011: 288).

Na América Latina, ganha destaque a Bioética de Intervenção, que se pro-

põe a tratar das situações persistentes e das situações emergentes. A primeira se relaciona com as questões estruturais dos países e que atravessam gerações, tais como a desigualdade social, a miséria, a violência, a violação de direitos; a segunda se propõe a discutir questões decorrentes do avanço das biotecnologias, como, por exemplo, as pesquisas que envolvem o genoma humano, células-tronco ou tecnologias reprodutivas. Tal abordagem reforça a importância de considerar as especificidades históricas, culturais e sociais de cada país (Nascimento & Garrafa 2011; Garrafa 2006).

Segundo Nascimento e Garrafa (2011), nos países periféricos, importa dar destaque aos aspectos persistentes que têm como efeito intensas desigualdades sociais. Para os autores, é necessário promover uma reflexão política sobre as questões morais decorrentes do contexto de vulnerabilidade que afetam a maior parte da população, como ocorre no Brasil.

A vulnerabilidade não é apenas uma questão inerente à condição humana, mas também uma relação que se estabelece entre indivíduos, grupos e sociedades, com diferentes lugares de poder. Somos, em todo caso, vulneráveis diante de algo que nos retira o poder (Nascimento & Garrafa 2011: 297).

De acordo com Porto (2014: 214), “[...] não se faz Bioética em pesquisa de bancada nem em estudos de validação de medicamentos”. Para exercer uma Bioética social, a autora preconiza três aspectos. O primeiro diz respeito à necessidade de fortalecer e exercer

a transdisciplinaridade, promovendo a participação simétrica de diversas áreas para a construção do conhecimento, de forma a superar o predomínio das ciências biomédicas. Em seguida, propõe Porto (2014), estabelecer o diálogo com os movimentos sociais para conhecer as reivindicações que emergem da vida cotidiana. A partir daí, avalia a autora, é possível dar legitimidade e visibilidade às demandas decorrentes de um contexto cultural e histórico específico, favorecendo ainda a atualização da disciplina Bioética pelas situações vivenciadas na prática. O terceiro e último aspecto propõe a elaboração de parâmetros éticos que permitam a reflexão por uma ótica coletiva (Porto 2014).

Correa (2009) argumenta que a Bioética deve ser, ao mesmo tempo, plural, tolerante e sem fundamentalismos, promovendo o diálogo em espaços de debates já existentes, entre os quais, comitês ou outros órgãos deliberativos. Além disso, deve analisar os problemas éticos que afetam cada país e, assim, propor novas estratégias de enfrentamento.

As referências teóricas na Bioética que se propõem a discutir o contexto social formado por situações de injustiça, exclusão e violação de direitos humanos, sobretudo nos denominados países periféricos, são: a Bioética narrativa; a Bioética de direitos humanos; a Bioética de proteção; a Bioética de intervenção; e a Bioética global (Castillo 2015). Os principais temas investigados nessa perspectiva no Brasil são: desigualdade social, exclusão, inclusão e justiça sociais, questões sanitárias e de saúde

pública, pobreza, discriminação e vulnerabilidade social.

Ampliar o olhar bioético para além dos aspectos puramente biomédicos não é tarefa fácil, pois consiste em lidar com uma rede heterogênea de atores em um processo de investigação que pretende produzir provocações e indagações, conforme citado por Garrafa (2006), parafraseando Morin (1996), que é lidar com a complexidade.

Isto predispõe reconhecer a incapacidade de se propor modelos teóricos que objetivam propor soluções padronizadas para problemas que envolvem uma série de contingências, tal como foi proposto com a Bioética principialista.

O que se sugere é a possibilidade de lidar com diferentes pontos de vista e, também, reconhecer a existência de múltiplas versões e múltiplos atores presentes na rede heterogênea composta por atores humanos e não humanos que compõem a arena Bioética, tais como: profissionais, instituições, documentos, legislação, comunidades, laboratórios, hospitais e pacientes. Consiste em lidar com a diversidade sem cair na tentação da simplificação ou domesticação por meio de definições e categorizações, conforme alerta Spink (2010: 46):

[...] esses esquemas racionais de classificação reduzem a complexidade, pois ordenam, dividem, simplificam e excluem; eliminam as nuances de cinza entre o branco e o preto. O efeito do ordenamento não reduz apenas por expulsar a anomalia ou o indesejável para as margens; ele oferece a ilusão de que



nele todas as relações podem ser explicadas.

Lidar com a complexidade consiste em romper com modelos deterministas e disciplinares para lidar com as questões que emergem das interações entre as duas partes, natureza e sociedade (Garrafa 2006). Nas palavras de Sotolongo (2006: 101), é reconhecer a impossibilidade de “[...] prever, manipular e controlar tudo, tanto na natureza quanto na sociedade”.

O desafio de lidar com a complexidade deve ser pauta das investidas Bioéticas, pois apenas a partir desse viés será possível se constituir e promover o diálogo transdisciplinar.

Esse é um convite para o/a pesquisador/a lidar com a imprevisibilidade, a desordem, a incerteza e o caos, mas, também, de se surpreender com o novo, propor e se dispor a práticas integrativas e lidar com os limites humanos (Garrafa 2006; Castillo 2014). Nas palavras de Spink (2010: 46), “[...] quando, ao invés de ‘ordem’, descobrimos que há diversidade de ordens (maneiras de ordenar, estilos, lógicas, repertórios, discursos), a dicotomia entre simples e complexo começa a se dissolver, a ordem dá lugar às performances, aos efeitos”. Lidar com a complexidade na Bioética consiste em reconhecer que para escapar à tentativa de cair no reducionismo, ao lidar com a complexidade é importante criar alternativas nas investigações científicas. Nessa perspectiva, a transdisciplinaridade pode ser uma alternativa útil por abarcar a produção de informação derivada de diversas áreas do conhecimento – por exemplo, Sociologia,

Antropologia, Psicologia e Medicina, dentre outras. Além da pluralidade epistemológica, essas disciplinas também contribuem pela diversidade de técnicas de investigação que, potencialmente, permitirão ao/a investigador/a lidar com aspectos multidimensionais do campo, considerando que tais estratégias metodológicas, além de múltiplas, devem ser flexíveis e adaptáveis ao contexto de investigação (Spink 2010; Garrafa 2006).

Incorporar a complexidade na arena Bioética consiste em considerar que cada um desses pontos é um nó, em uma grande teia, que vai nos conduzir para uma rede heterogênea de atores, em que poderemos tomar a decisão de qual ator vamos seguir ou que fio da meada vamos puxar (Spink 2014). Não há métodos simples para lidar com temas que são complexos, por isso, propomos neste artigo a abertura da Bioética para metodologias participativas que aproximem os investigadores do contexto de vida das pessoas.

## **PELA INSERÇÃO DO/A BIOETICISTA NOS MICRO LUGARES**

A prática moderna da etnografia teve início em 1914, com a publicação de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski. Esta obra, que fundou uma nova concepção de pesquisa em Antropologia, tomava o trabalho de campo em termos científicos, de forma que pudesse ser tido como fonte legítima de conhecimento sobre a chamada “vida nativa”. Para Malinowski, era fundamental para o/a pesquisador/a de campo possuir ob-

jetivos científicos, trabalhar com base nos critérios da etnografia moderna, viver um período prolongado com o grupo pesquisado, falar a língua nativa, usar métodos de coleta, manipulação e registro de evidência. Mariza Peirano refere-se a esse momento fundante da seguinte forma:

Tudo começou com o desafio que Malinowski lançou ao confrontar trobriandeses de carne e osso e as grandes teorias evolucionistas do início do século. Mitificado por haver introduzido a pesquisa de campo intensiva, conhecido pela obsessão pelo *native's point of view*, criticado pelo funcionalismo que um dia julgou ter inaugurado, Malinowski talvez tenha desempenhado um papel ainda mais fundamental que todas essas proezas. É que coube a ele confrontar as teorias sociológicas, antropológicas, econômicas e linguísticas da época com as ideias que os trobriandeses tinham a respeito do que faziam (Peirano 1995: 16).

Com a etnografia de Malinowski sobre os trobriandeses foi iniciada uma nova modalidade de produção de conhecimento antropológico. Ao abrir mão de mediadores e intérpretes e passar dois longos anos nas Ilhas Trobriand, Malinowski procurou produzir um retrato o mais fiel possível daquilo que chamava de “vida nativa”, em busca do ponto de vista dos nativos. Depois dessa experiência etnográfica, os/as antropólogos/as seguiram seus passos, fazendo do trabalho etnográfico a marca maior da pesquisa em Antropologia. *Para Claude Lévi-Strauss:*

É por uma razão muito profunda, que se prende à própria natureza

da disciplina e ao caráter distintivo de seu objeto, que o antropólogo necessita da experiência do campo. Para ele, ela não é nem um objetivo de sua profissão, nem um remate de sua cultura, nem uma aprendizagem técnica. Representa um momento crucial de sua educação, antes do qual ele poderá possuir conhecimentos descontínuos que jamais formarão um todo, e após o qual, somente, estes conhecimentos se «prenderão» num conjunto orgânico e adquirirão um sentido que lhes faltava anteriormente (Lévi-Strauss 1991: 415-416).

Clifford Geertz, comumente lembrado como pai da Antropologia interpretativa ou hermenêutica, chama atenção para o fato de que a observação etnográfica é de outra ordem:

[...] segundo a opinião dos livros-textos, praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante. Mas não são estas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é um tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma *descrição densa* (Geertz 1978: 15).

Para Geertz, a *descrição densa* é o que efetivamente se faz em etnografia, explicando-a, inicialmente, por meio do conhecido caso das “piscadelas”. Nesse exemplo, o autor se refere a uma situação hipotética em que dois garotos se põem a piscar rapidamente o olho direito. Porém, num dos casos, a piscadela seria um tique involuntário e no outro se trataria de uma piscadela

conspiratória a um amigo. Apesar de idênticos, ambos os gestos remetem diferentes significados. Essa distinção, para Geertz, pode ser captada por meio de uma descrição densa (Geertz 1978).

Há outra dimensão do trabalho de campo que não tem a ver somente com coleta de dados e observação, e nem mesmo com descrição, mas com uma experiência compartilhada com o grupo que investiga, permitindo-lhe olhar de fora a sua própria cultura. Maurice Merleau-Ponty afirma que a tarefa, talvez, mais específica da Antropologia seja esse “emparelhamento” da análise objetiva com o vivido, o que a distinguiria de outras Ciências Sociais como a Economia e a Demografia:

Claro que não é possível, nem necessário, que o mesmo homem conheça por experiência todas as verdades de que fala. Basta que tenha, algumas vezes e bem longamente, aprendido a deixar-se ensinar por uma outra cultura pois, doravante, possui um novo órgão de conhecimento, voltou a se apoderar da região selvagem de si mesmo, que não é investida por sua própria cultura e por onde se comunica com as outras (Merleau-Ponty 1984: 199-200).

Podemos, portanto, definir o método etnográfico como uma estratégia empírica de investigação que se utiliza, fundamentalmente, de uma técnica chamada “observação participante”, para obter informações qualitativas, documentar em detalhes tanto os comportamentos quanto as ações dos sujeitos estudados, aceder aos discursos emitidos no campo e revelar as ma-

neiras como pensam e como agem os membros do grupo pesquisado. Mas nem todo o trabalho de campo é etnográfico, uma vez que este método necessita de estadias longas no campo para ter uma visão diacrônica dos processos que estamos estudando e para que o/a pesquisador/a retorne de lá transformado. No caso das pesquisas etnográficas é desejável o estabelecimento de relações de confiança com os interlocutores (antes chamados de informantes), o que leva tempo para se produzir. Como lembra Janine Colaço:

O exercício da Antropologia depende da construção de uma relação de proximidade com pessoas das mais variadas origens, dispostas a falar de suas vidas, abrir suas casas, contar suas histórias, e nos permitirá entrar em contato com seus mundos. Construímos nosso conhecimento com base nessas informações e não raro existem expectativas em torno dessa abertura (Colaço 2014: 74).

Essa relação de confiança mútua é de fundamental importância quando se pretende ter acesso a informações de qualidade e confiáveis. Não são raras, por isso, as relações de amizade urdidadas entre o/a etnógrafo/a e seus/suas interlocutores/as e que se mantêm para além do campo. O campo etnográfico deve, então, ser entendido como um encontro de subjetividades.

Os estudos etnográficos abrangem variados aspectos sociais e culturais da comunidade estudada numa tentativa deliberada de combater o reducionismo hermenêutico, frequentemente observado entre alguns/mas pesquisadores/as que se detêm em apenas um dos

aspectos da vida dos povos que estudam. A etnografia tem uma perspectiva mais holística e pretende revelar um conjunto mais amplo e mais complexo da vida dos/as interlocutores/as. Trata-se, por isso mesmo, de um método muito ambicioso e que demanda mais tempo de campo. O objetivo final é a escrita de uma etnografia, onde se detalha em profundidade o passo a passo do trabalho de campo realizado e, com base nesse material, elaborar uma análise.

Algumas técnicas de aproximação e inserção no campo podem ser úteis. Na maioria dos casos, uma rede de interlocutores/as se produz por meio do esquema *bola de neve*, no qual se chega a um/a informante que por sua vez indica outro/a. Trata-se de uma estratégia utilizada por muitos/as pesquisadores/as por ser uma via rápida de acesso a comunidades que não conhecemos de antemão. Mas é possível também que essa entrada no grupo se dê de variadas formas e simultaneamente para obter um conjunto mais variado de informantes, ao invés de uma só entrada no campo.

Informantes chaves ou privilegiados/as podem significar um melhor acesso às representações e significados do grupo. Mas é fundamental saber selecionar tais interlocutores/as, ou seja, priorizar aqueles/as que possuem um discurso articulado e que demonstrem um conhecimento privilegiado sobre sua comunidade, sua cultura e, se possível, que tenham reflexões críticas sobre elas.

O/a etnógrafo/a deve lançar mão de variadas técnicas de investigação para apreender a cultura da sociedade inves-

tigada. As ferramentas de trabalho usadas pelos/as antropólogos/as são basicamente o caderno de campo, onde devem ser anotadas as informações do campo de forma cronológica, as observações e ideias ocorridas *in loco*, mas que deve ser feito com disciplina e de forma sistemática; o diário de campo, no qual se anotam os pensamentos e sentimentos subjetivos do/a autor/a a respeito da comunidade que está sendo investigada e que pode ser útil para situar o/a antropólogo/a no momento da escrita da etnografia sobre as questões vividas no campo; um gravador de som, usado para captar o discurso dos interlocutores em suas próprias palavras, já que transmitir as vozes de nossos sujeitos da maneira como elas se expressam é de extrema importância para o etnógrafo, independente da interpretação que possa vir a fazer delas.

Alguns *surveys* de pequena escala com um número mais amplo de informantes podem servir de subsídios às informações mais qualitativas, mas é por meio da observação participante, em que o/a pesquisador/a não apenas observa, mas também participa do cotidiano da comunidade investigada, que a pesquisa é efetivamente produzida. Os/as antropólogos/as não detêm o monopólio do método etnográfico, pois os/as psicólogos/as sociais e sociólogos/as urbanos/as, por exemplo, também podem se valer desse método de pesquisa. Vale ressaltar também que existem distintos modos de participação na observação participante, o que sempre depende do acesso do/a pesquisador/a, o tempo disponível para a pesquisa, etc.

As entrevistas de campo elencam, em detalhe, o discurso de nossos/as informantes e suas perspectivas enquanto atores sociais. Três tipos de entrevistas são comumente utilizadas nas pesquisas etnográficas: as abertas, úteis para o começo dos trabalhos de campo para recorrer ao que é importante para os/as nossos/as interlocutores/as, normalmente usadas na primeira fase do trabalho para sensibilizar o/a etnógrafo/a sobre a temática; as semiestruturadas, em que já há um guia mais completo, orientado para os temas mais importantes para a investigação e que sempre deixa uma abertura para que os/as interlocutores/as falem de coisas que são significativas para eles/as; e as estruturadas, a que se recorre frequentemente já no final do trabalho de campo, quando já se conhece bem o contexto investigado e se quer obter informações pontuais. Os estudos de caso se referem a uma situação específica, paradigmática, de forma a aprofundar e problematizar o campo que estamos estudando.

Estudar as histórias de vida também é uma estratégia possível. Neste caso, o/a pesquisador/a procura saber em mais profundidade sobre a vida de um/a informante privilegiado/a por meio de um relato diacrônico de sua trajetória.

Uma etnografia é tida como um empreendimento de sucesso quando se apresenta os dados de maneira detalhada e se faz uma análise coerente dos mesmos. Daí a importância de uma descrição densa, detalhada e matizada do que foi encontrado no campo. As boas etnografias são aquelas que resistem à passagem do tempo, pois

apresentam uma descrição etnográfica sólida, que não fica comprometida pela interpretação do/a autor/a. Aliás, esses mesmos dados de campo podem inclusive subsidiar interpretações futuras diferentes.

É preciso também que tal pesquisador/a tenha respeito pelas diversas vozes e perspectivas dos/as informantes, apresentando-as em sua complexidade. A etnografia é, no mais das vezes, apresentada em primeira pessoa, numa observação demasiadamente matizada, talvez para transmitir credibilidade à visão do/a pesquisador/a sobre o campo: *Você está lá porque eu estive lá*. Segundo James Clifford (1998), é nesse processo textual descritivo que o/ etnógrafo/a constrói a chamada autoridade etnográfica, tão questionada pelos/as antropólogos/as ditos/as pós-modernos/as.

As etnografias sempre terminam a fase de campo com uma gama de informações, algumas vezes paralisantes. Por isso, o/a antropólogo/a deve proceder a uma eficiente maneira de codificar os dados etnográficos, ler, familiarizar-se e criar empatia com as notas de campo.

Na escrita final da etnografia, é necessário saber contrastar os discursos dos sujeitos a quem observamos com aquilo que eles efetivamente fazem. Não basta apenas saber de suas palavras, mas também de suas ações. Deve-se, portanto, documentar e analisar o que ocorre e o porquê das diferenças observáveis, por isso devemos estar inseridos em suas vidas cotidianas.

Espera-se também que uma boa etnografia consiga articular de forma

satisfatória e, se possível, inovadora, o micro e o macro, ou seja, entender suas experiências, representações e significados em meio a fatores estruturais que condicionam o comportamento dos sujeitos no campo.

Como se pode perceber a partir desse detalhamento da prática etnográfica, esse método pode ser de grande contribuição para as investigações em Bioética, um campo teórico e prático marcado pela complexidade, “(...) envolvendo diversos objetos de estudo, referenciais teóricos, métodos e agentes sociais, seja da academia ou de organizações da sociedade civil”. (Ribeiro 2017: 45). Por meio da pesquisa etnográfica, o/a bioeticista pode descrever e analisar problemas éticos relacionados às práticas sociais e também “(...) seus efeitos sobre a vida humana e, de modo mais abrangente, a vida nas suas várias manifestações, bem como as moralidades que as sustentam” (Ribeiro 2017: 45).

### **SOBRE A DIMENSÃO ÉTICA E POLÍTICA DO/A PESQUISADOR/A NO TERRITÓRIO**

A maioria dos cursos de Antropologia brasileiros não submete os projetos de pesquisa de seus/suas discentes e docentes a comitês de avaliação ética, porém estamos sempre trabalhando com seres humanos ou outras formas de vida, por isso, algumas dimensões éticas devem permear a pesquisa e conduzir o/a pesquisador/a.

Esse/a pesquisador/a deve proteger a identidade e privacidade de seus/as

interlocutores. Na maioria das etnografias não se identificam os/as informantes, ou em alguns casos, nem mesmo as comunidades com seus nomes reais, a não ser quando somos solicitados a isso ou quando nos referimos a pessoas públicas. A participação deve ser voluntária e nunca por qualquer tipo de troca ou coação. É extremamente recomendado aos pesquisadores/as evitar qualquer consequência negativa ou danos que possam resultar da publicação de nossos estudos sobre a comunidade ou nossos/as interlocutores/as. É desejável também que haja uma relação de reciprocidade do/a pesquisador/a com o grupo por meio de algum retorno do trabalho que foi produzido.

Depois que o/a pesquisador/a realiza sua etnografia com determinado grupo, é uma questão de responsabilidade com os pares não dificultar o acesso a tal grupo ou comunidade estudada. E também por isso, é de extrema importância saber entrar e saber sair do campo, para deixar as portas abertas. Por essas portas podem então passar os/as novos/as pesquisadores/as que pretendem ter uma prática de campo e se tornar etnógrafos/as. “Desse modo, escolhas deverão ser realizadas e devem respeitar os interlocutores com os quais se trabalhou, pois ao reconstruir uma realidade fragmentada que, em muitos níveis, se mostra conflituosa, é necessário proceder com cautela” (Colaço 2014: 74).

Mas as discussões éticas nas Ciências Sociais, nas décadas recentes, vêm ganhando novos contornos. Desde a década de 90 do século XX, já vinha se efetivando uma “virada reflexiva”, que

levaria à crítica pós-modernista (Clifford & Marcus 1986). Essas reflexões, muitas vezes, incidiram sobre as etnografias, problematizando a sua prática representacional que insistia em descrever as culturas, a partir do presente etnográfico, como unidades homogêneas e discretas. As críticas atingiram principalmente as etnografias “clássicas” e “realistas”, produzidas por antropólogos ocidentais em contextos coloniais. A crítica pós-modernista cobrava uma problematização do contexto e das condições de produção das etnografias, de forma a justapor vozes, cindir fronteiras e desestabilizar as relações de poder que residem sob a escrita etnográfica.

Desde a bombástica publicação de “Um diário no sentido estrito do termo”, o diário pessoal de Malinowski escrito durante sua estadia entre os trobriandeses, autorizado por sua viúva após sua morte, uma série de questionamentos sobre a relação do/a antropólogo/a com o campo vieram à tona. Ali, o pai da etnografia revelava momentos de irritação com os/as pesquisados/as, chegando inclusive a usar expressões racistas e etnocêntricas. De posse desse diário, os/as antropólogos/as pós-modernos/as teceram críticas contundentes que tinham a ver com a prática representacional construída pela escrita. Vale lembrar que o livro que definitivamente instaura a pós-modernidade entre os/as antropólogos/as se chama “*Writing Culture*”, uma proposital lembrança de que o que elaboramos são textos. Assim, a subjetividade do/a pesquisador/a passa a ser entendida como relevante para o resultado final

das etnografias, a despeito das inúmeras tentativas de se postular uma suposta e necessária neutralidade que não passa de um ideal longínquo.

A presença do/a pesquisador/a no campo o coloca diante de várias questões que dissipam os ideais românticos relacionados a essa experiência, que é sempre complexa. “E não se trata somente de trazer à luz a forma pela qual os grupos organizam seu mundo de sentidos, mas também como o conhecimento produzido pelo antropólogo pode afetá-lo, um lado político que também deve ser avaliado” (Colaço 2015: 74).

José Guilherme Magnani (2003), destacado antropólogo da USP, faz questão de lembrar em seus estudos de que não se faz Antropologia *da* aldeia, mas *na* aldeia. A presença do/a pesquisador/a no campo, a empatia com os interlocutores, a escuta do outro, o contato com suas representações e a atenta observação da realidade pode permitir ao/à bioeticista perceber o que reside sob a aparência e os múltiplos significados a que um acontecimento pode remeter. Sua inserção no campo, por meio de uma pesquisa etnográfica e da observação participante, orientada para uma descrição densa das relações que se desenvolvem no campo pesquisado, pode fazer com que algumas questões morais, que residem sobre uma silenciosa normalidade possam se tornar visíveis e se converter em objetos de reflexão ética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente e necessário que se produzam pesquisas comprometidas, ética e

politicamente, com seus/suas interlocutores/as, que possibilitem a participação do público pesquisado no processo de construção das informações. Para tanto, é importante traduzir a linguagem acadêmica de forma que a comunidade tenha acesso e dialogue com o conhecimento produzido e, consequentemente, faça uso deste material.

O diálogo com os movimentos sociais é indispensável quando se pretende criar condições para que estes grupos se auto determinem e com isso, tenham visibilidade e representatividade na arena científica. Desse modo suas práticas sociais, tanto quanto as elucbrações acadêmicas poderão somar-se para a tecitura de um conhecimento de fato compartilhado. Em outras palavras, tornar o texto acadêmico polifônico e descentrado, reconhecendo outras agências produtoras de saberes.

A presença do/a pesquisador/a no campo lhe permite tornar-se partícipe desses territórios, criar vínculos e reconhecer a diversidade de sentidos e significados construídos nas interações sociais. Trata-se de um convite para estar diante do novo, do inesperado e das singularidades, opondo-se às teorias totalizantes e disciplinadoras.

Métodos de pesquisa que tenham como foco a participação de diversos atores são bem-vindos em uma perspectiva que toma o conhecimento enquanto construção social, tais como a pesquisa participante, a pesquisa-ação, a etnografia ou outras estratégias colaborativas.

A etnografia é um empreendimento que pretende estabelecer uma inter-

locação com o outro de forma que, nesse encontro, possam emergir as palavras, as representações e os significados por meio dos quais nossos/as interlocutores/as ascendem ao mundo. Nesse sentido, deve haver uma fidelidade absoluta relacionada com as observações construídas no campo e com as entrevistas. Por conta dessa posição liminar, pois estamos dentro e fora do campo, acabamos por atuar, às vezes, como porta vozes dos grupos que investigamos. Mas esse papel também já foi alvo de crítica por meio dos próprios sujeitos investigados nas pesquisas antropológicas, alegando que ao tentar deter o sentido da cultura do outro, de um modo que o próprio outro não detém (Viveiros de Castro 2002), acabamos por reproduzir relações de poder assimétricas.

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora do curso de Psicologia e do Mestrado em Bioética da Univás.

<sup>2</sup> Doutor em Antropologia Social pela USP e professor do curso de História e do Mestrado em Bioética da Univás.

<sup>3</sup> São chamados países centrais aqueles cujos direitos fundamentais da população já foram atendidos ou estão encaminhados, tais como educação, moradia e saúde. Países periféricos são aqueles cuja riqueza está concentrada em um número mínimo de pessoas, produzindo a desigualdade social (Garrafa 2006).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brigagão, J. I. M. 2016 Aspectos éticos nas pesquisas no cotidiano. *Athena Digi-*



- tal, v.16, n. 2, pp. 363-372 <[https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig\\_a2016v16n2/athdig\\_a2016v16n2p363.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2016v16n2/athdig_a2016v16n2p363.pdf)> Acesso em 15 dez. 2017.
- Castillo, C.H.M.2015. Bioética latino-americana e pesquisa-ação: um diálogo enriquecedor das bases epistemológicas e metodológicas da Bioética latino-americana. *Percurso Acadêmico*, 5(2):489-514.
- Collaço, J. H. 2014. Os limites da atuação do pesquisador: ética, relações no campo e suas implicações. In Da Silva, T.C. (Org). *Ciclo de estudos e debates: Procedimentos éticos e a pesquisa em antropologia*. Goiânia: FUNAPE/UFG, ABA
- Coutinho, M.C; Oliveira, F;Sato, L. 2016. Olhar o cotidiano: percursos para uma psicologia social do trabalho. *Psicologia USP*, 27(2):289-295.
- Correa, F.J.L. 2009. Princípios para uma Bioética Social. *Bioethikos*, 3(1):18-25.
- Garrafa, V. 2005. Inclusão social no contexto político da Bioética. *Revista Brasileira de Bioética*, 1(2):122-132.
- Garrafa, V. 2006. Multi-inter-transdisciplinaridade, complexidade e totalidade concreta em Bioética. In: Garrafa, V, Kottow, M. Saada, A. (Orgs.). *Bases conceituais da Bioética enfoque latinoamericano*. São Paulo. Gaia/Unesco, p. 73-91.
- Clifford, J. 1998. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Clifford, J.; Marcus, G E. 1986. *Writing Culture*. The poetics and politics of ethnography. Los Angeles, UniversityofCalifornia Press.
- Geertz, C. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Lévi-Strrauss, C. 1991. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Magnani, J.G.C. 2003. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*. 15(01): 81-95.
- Merleau-Ponty, M. 1984. De Mauss a Claude Lévi-Strauss. In: *Merleau-Ponty, M. Textos selecionados*. São Paulo: Abril Cultural.
- Nascimento, W. F ; Garrafa, V. 2011. Por uma vida não colonizada: diálogo entre Bioética de intervenção e colonialidade. *Saúde e Sociedade*. 20 (2):287-299.
- Peirano, M. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Pessini, L.; Barchifontaine, C.P. 2002. *Fundamentos da Bioética*. 2. ed.São Paulo: Paulus.
- Pessini, L; Bertanchini, L; Barchifontaine, C.P; Hossne, W.S. 2015. *Bioética em tempos de globalização*. São Paulo: Edições Loyola.
- Porto, D. 2014. Bioética na América Latina: desafio ao poder hegemônico. *Revista Bioética*, 22(2):13-224.
- Quintal, M.F. 2016. Desafios atuais e antigas sutilezas nas práticas da psicologia social comunitária. *Psicología Conocimiento y Sociedad*. 6(1):131-163.
- Schramm, F.R. 2002. A Bioética, seu desenvolvimento e importância para as Ciências da Vida e da Saúde. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 48(4):609-615.
- Sotolongo, P.L. 2006. O tema da complexidade no contexto da Bioética In: Garrafa, V, Kottow, M. Saada, A. (Orgs.). *Bases conceituais da Bioética enfoque latinoamericano*. São Paulo: Gaia/Unesco, pp. 121- 139.
- Spink, M.J.P. 2002. Os métodos de pesquisa como linguagem social. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 2(2):4-13.
- Spink, M.J. P. 2007. Pesquisando no cotidiano: recuperando memórias de pesquisa em Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*, 19(1):7-14.

Spink, M.J. P. 2010. Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. *Qua-ternos de Psicologia*, 12(1):41-56.

Spink, M.J.P. 2014. O cotidiano como foco de pesquisa na Psicologia: O que mudou nesses 50 anos? Texto elaborado para conferência proferida no evento comemorativo dos 50 anos de Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 4 de novembro de 2014. <[https://www.researchgate.net/profile/Mary\\_Spink/publication/271763332\\_O\\_COTIDIANO\\_COMO\\_FOCO\\_DE\\_PESQUISA\\_NA\\_PSICOLOGIA\\_O\\_QUE\\_MUDOU\\_NESSES\\_50\\_ANOSlinks/54d0d0ff0cf20323c219cff0/O-COTIDIANO-COMO-FOCO-DE-PESQUISA-NA-PSICOLOGIA-O-QUE-MUDOU-NESSES-50-ANOS.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mary_Spink/publication/271763332_O_COTIDIANO_COMO_FOCO_DE_PESQUISA_NA_PSICOLOGIA_O_QUE_MUDOU_NESSES_50_ANOSlinks/54d0d0ff0cf20323c219cff0/O-COTIDIANO-COMO-FOCO-DE-PESQUISA-NA-PSICOLOGIA-O-QUE-MUDOU-NESSES-50-ANOS.pdf)> Acesso em: 15 de dez. 2017.

Spink, P.K. 2003. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 15(2):18-42.

Spink, P. K. 2008. O pesquisador conversador no cotidiano. *Psicologia & Sociedade*, Edição Especial (20):70-77.

Tittoni, J.; Jacques, M.G.C. 1998. Pesquisa. In: Jacques, M.G.C; Strey, M.N.; Bernardes, N.M.G; Guareschi, P.A.; Carlos, S.A.; Fonseca, T.M.G. (Org.). *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, p.73-85,

Tripp, D. 2005. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31(3): 443-466.

Viveiros de Castro, E. 2002. Nativo Relativo. *Mana*. Estudos de Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Contra Capa, 8(1):113-148.